

Regresso a Kant – Ética, Estética, Filosofia Política
Return to Kant – Ethics, Aesthetics, Political Philosophy

CLÁUDIA MARIA FIDALGO DA SILVA*

Universidade do Porto, Portugal

Resenha: Leonel Ribeiro dos Santos, *Regresso a Kant – Ética, Estética, Filosofia Política*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, 549 pp., ISBN: 978-972-27-1923-0

Regresso a Kant – Ética, Estética, Filosofia Política é um volume de um dos intérpretes kantianos com maior visibilidade em Portugal, que tem igualmente grande visibilidade fora do país, sendo prova disso a sua afiliação a diversas sociedades científicas internacionais, Leonel Ribeiro dos Santos.

O volume sobre o qual recai a nossa atenção é revelador, como seria expectável, de um profundo conhecimento da filosofia kantiana, onde a sua organicidade e linguagem são claramente privilegiadas. Ainda que seja constituído por catorze ensaios que se poderão afirmar autónomos entre si, encontramos neles vários cruzamentos, bem ao jeito kantiano, diríamos.

O volume inicia-se com uma extensa introdução que explora o tópico do “Regresso a Kant” através da avaliação da situação dos Estudos Kantianos, bem como da sua evolução. O aspecto que nos parece mais interessante neste primeiro texto é a chamada de atenção do autor para a descoberta de alguns tópicos da filosofia kantiana que temos vindo a assistir hodiernamente. A importância dada à *Crítica do Juízo*, a consideração da linguagem e o estilo de Kant e a sua filosofia da linguagem, o reconhecimento da filosofia

* Investigadora doutoranda do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa (FCT) - SFRH/BD/76655/2011. E-mail: claudia-silva-07@hotmail.com.

kantiana do direito e a política e, de forma ainda mais fecunda, o renovado interesse pela filosofia prática kantiana têm sido alguns dos temas com maior destaque.

Seguindo esta mesma orientação, Leonel Ribeiro dos Santos apresenta-nos este volume, que se divide em três grandes partes. A primeira parte intitula-se “Ética e antropologia” – seis ensaios-, a segunda “Estética e filosofia da religião” – quatro ensaios-, e, por fim, a última tem como título “Filosofia política” – quatro ensaios.

No primeiro ensaio da primeira parte da obra, “Actualidade e inactualidade da ética kantiana”, Ribeiro dos Santos recupera o que considera ser “o núcleo mais íntimo do pensamento kantiano” (p. 67), ou seja, a sua filosofia moral. Em primeiro lugar, o autor procura pensar o que é a actualidade da filosofia, bem como a actualidade duma filosofia. Realizando uma breve viagem histórica, na qual tem lugar Hegel e as suas *Lições de História da Filosofia*, Nietzsche, e as suas *Considerações Inactuais*, bem como Heidegger, e a sua *Introdução à Metafísica*, o autor aponta de forma pertinente para as dificuldades deste mesmo tema, dificuldades agravadas se da filosofia em geral nos direccionarmos para a ética.

Em segundo lugar, o autor investiga em que sentido existe ou não na actualidade uma preocupação filosófica especial com os problemas éticos. Ainda que haja “um inequívoco retorno das questões éticas em filosofia” (p. 73), que o autor atribui às novas situações que afectam a humanidade, há pensadores contemporâneos que consideram vivermos numa época desmoralizada, na qual a ética deixou de ter interesse. Outros autores, por seu turno, entendem já não nos situarmos no solo da Modernidade, do qual Kant se destaca. Não obstante, a actualidade de Kant é um facto para Ribeiro dos Santos e, arriscamos afirmá-lo, para todos nós. É um facto existir a presença do seu pensamento nos debates filosóficos da actualidade, em particular nos debates éticos, assim como é um facto existirem inúmeros estudos que evidenciam a actualidade do pensamento ético kantiano. Neste sentido, Ribeiro dos Santos entende que “a actualidade filosófica de Kant, para além de incontestável, não é comparável com a de nenhum outro filósofo, seja ele mais antigo ou mais recente. [...] Kant foi, sem dúvida, a mais expressiva voz da Modernidade no domínio do pensamento ético [...]” (p.76).

Estas considerações são o ponto de partida para a averiguação dos sinais pelos quais se poderá revelar ou medir a actualidade da filosofia moral kantiana, derradeira questão à qual o ensaio procura responder. Nesta linha, Ribeiro dos Santos apresenta a posição de alguns autores que retomam de forma explícita a ética kantiana ou, pelo menos, alguns dos elementos que a constituem. Poder-se-ão destacar, por exemplo, Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas, que, à sua maneira, procuraram realizar uma “transformação”, “reformulação” ou “correção” da ética kantiana nas suas propostas da “ética do discurso”, se falarmos de Habermas, ou da “ética da sociedade de comunicação”, falando de Apel; Onora O’Neill, para quem o primado do prático não é uma ideia condutora apenas na filosofia prática kantiana, mas de todo o programa da crítica da razão; Barbara Herman, que aposta num distanciamento das interpretações estereotipadas da ética kantiana, visto entender que a posição do filósofo quanto à vida moral é bem mais complexa e subtil do que aquela que os seus intérpretes e críticos consideram; Christine M. Korsgaard, que

investiga a moral kantiana em confronto com posições éticas tradicionalmente consideradas antagónicas à de Kant e que procura, simultaneamente, dar luz aos problemas éticos contemporâneos tendo como base as considerações kantianas; Nancy Sherman, cuja principal finalidade é a apresentação de uma abordagem recente da ética kantiana, que assenta especialmente no confronto com a ética aristotélica, bem como com a dos estóicos, enveredando pelo estudo do seu profundo parentesco; e Robert Louden, que evidenciou de forma extraordinariamente interessante o plano da aplicação da ética kantiana, relevando o que considerou ser a sua parte impura.

Por fim, e atendendo à finalidade principal do ensaio, quanto à actualidade ou inactualidade da ética kantiana, a resposta do autor do volume é peremptória: “Aparentemente, em questões de ética, estamos hoje muito mais próximos de Aristóteles, de Epicuro ou de Nietzsche do que de Kant. Todavia, a actualidade da filosofia moral de Kant demonstra-se suficientemente na sua capacidade para continuar a ser a principal interlocutora e parceira no debate ético dos nossos dias” (p. 103).

O segundo ensaio, “A antropocosmologia do jovem Kant”, procura de forma inesperada mas muito interessante demonstrar a relevância que a III parte da *História Universal da Natureza e Teoria do Céu* possui quanto à compreensão da posição cosmológico-cosmogónica aí apresentada por Kant. O aspecto que nos parece mais fecundo destacado por Ribeiro dos Santos é a sua perspectiva de que tal ensaio possui as raízes das preocupações e meditações antropológicas de Kant, as quais se irão desenvolver exponencialmente no seu pensamento posterior: “conduzida pelo fio da analogia físico-cosmológica, começa a desenhar-se na obra de 1755, com seus contornos já bem definidos, a antropologia moral kantiana, apresentando o ser humano como um istmo, suspenso entre dois mundos – o sensível e o inteligível, o espiritual e o material, a razão e as paixões ou inclinações, a atracção para a virtude ou a tendência para o vício – tendo por tarefa reconciliá-los em si mesmo mediante o esforço e a luta permanentes no palco terreno onde se desenrola a sua existência” (p. 113).

O terceiro ensaio do volume, “Kant e os limites do antropocentrismo ético-jurídico”, tem como principal finalidade defender Kant das frequentes críticas que o apontam como tendo caído no vício do antropocentrismo. Inicialmente, Ribeiro dos Santos apresenta alguns autores críticos de Kant, de entre os quais destaca Hannah Arendt, para quem o pensamento kantiano possui um extremo antropocentrismo; Hans Jonas, que considera que a ética kantiana apenas reconhece sentido ético à relação directa do homem com o homem ou do homem consigo mesmo, como também e, virtude da sua abstracção e formalismo, não teria em consideração os efeitos das acções, nem, por isso mesmo, a possibilidade de destruição da natureza em virtude da intervenção técnica humana; e Roland Beiner, que, ao interpretar a doutrina kantiana do sublime encontrou nela uma forma disfarçada de “narcisismo antropológico”. Ainda que com problematizações distintas, Ribeiro dos Santos considera existirem dois tópicos recorrentes de tais acusações: a contraposição entre o homem e a natureza e a opção exclusiva pelo primeiro, e uma autocomplacência disfarçada do homem em si próprio. Sem grandes dificuldades e de uma

forma extremamente clara, Ribeiro dos Santos responde pertinentemente às críticas: “Nelas, não é tida em consideração, na sua complexidade e especificidade, a ideia kantiana de Humanidade [...]. A distinção kantiana entre *fins* e *meios*, entre *dignidade* e *preço* – e a respectiva aplicação à distinção entre *peças* e *coisas* – deve ser vista não como um defeito ou um fracasso (pelo que ainda não consegue), mas antes como um grande ganho e um decisivo passo no sentido de alcançar um ponto de vista que permitisse superar a racionalidade mercantil e contabilística, instrumentalista, interesseira e utilitária dos Modernos. [...] Por outro lado, segundo Kant, o sentimento do sublime não é propriamente a ocasião para uma autocomplacência antropocêntrica e narcisista do sujeito, mas coloca este numa situação de desconforto, pois o que o sujeito experimenta [...] é, por certo, a consciência da sua destinação supra-sensível” (pp. 127-28). Um pouco mais à frente no ensaio, e reforçando a sua posição, Ribeiro dos Santos refere ser no domínio da vivência estética, bem como na visão teleológica, que a natureza é claramente reconhecida por Kant na sua dignidade e autonomia. Aqui ela não é pensada apenas como meio mas como um sistema de fins. Enquanto na visão teleológica poder-se-á pensar a natureza como possuindo uma autonomia própria, na vivência estética do belo e do sublime, onde melhor se revela a transcendência da natureza, o homem tem a sua atitude mais originária para com ela, na qual tem lugar uma “contemplação desinteressada” ou uma “espécie de respeito” por ela. Será apenas pela mediação humana que a natureza pode ser resgatada para uma ordem dos fins e pensada, ela própria, como um fim em si mesma, como defende o autor.

No quarto ensaio da obra, “Kant e a ética da linguagem”, Ribeiro dos Santos enaltece sobretudo a insistência de Kant no tema da veracidade, evocando algumas das mais relevantes passagens kantianas quanto a este tópico. Uma consideração extremamente interessante do autor reside na sua pertinente chamada de atenção para o facto dos autores da conhecida “ética do discurso” não terem tido em consideração as reflexões kantianas em torno da mentira, da veracidade e, no geral, da própria ética da linguagem. Afirmando existir na insistência de Kant no presente tópico “a dimensão linguística e comunicacional da razão” (p. 191), Ribeiro dos Santos entende poderem ser desmentidas as críticas de Apel e Habermas ao carácter solipsista e monológico que, segundo eles, caracteriza a razão kantiana. Neste contexto, assume nuclear relevância a seguinte passagem, pelo seu inequívoco interesse e fecundidade quanto a este aspecto: “Falar é comunicar aos outros os próprios pensamentos e receber destes também os respectivos pensamentos. Mas este falar-pensar com os outros não se reduz a uma pragmática comunicacional, a acordos ou consensos já conseguidos ou a conseguir na experiência. O pensar, tal como Kant o entende, para além das dimensões da coerência e da autonomia, supõe um exercício transcendental – uma espécie de experiência que a razão faz consigo mesma – mediante a qual se divide em falante e ouvinte, em actora e espectadora, colocando-se no ponto de vista do outro e por assim dizer fora de si mesma, num ponto de vista universal” (p. 193). Nesta linha, à concepção simplista da consciência que os autores referidos atribuem a Kant, Ribeiro dos Santos contrapõe, e com toda a justeza, a complexidade do conceito kantiano de consciência moral, bem como todo o processo que o caracteriza.

O quinto ensaio do volume, “Da linguagem jurídica da filosofia crítica à arqueologia da razão prática”, realça a relevância da filosofia kantiana do direito, importância que nem sempre foi reconhecida. Ao invés de o considerar como um tópico secundário, Ribeiro dos Santos entende que a filosofia kantiana do direito é, com toda a certeza, “o domínio onde a filosofia kantiana tem o seu ambiente natural e de onde colhe os princípios e pressupostos que desde o início dirigem o seu próprio trabalho de reflexão” (p. 207). Considerando que o paradigma jurídico norteia toda a filosofia kantiana, até mesmo a teórica, Ribeiro dos Santos destaca a importância do alcance e da amplitude dessa grande alegoria político-jurídica que tem lugar em Kant, realçando particularmente um determinado domínio: “É a consciência do dever (ou do imperativo categórico) que constitui realmente o *Faktum der Vernunft*, o *Faktum* realmente *originarium*. E esse *Faktum* desencadeia um processo ou revela-se como um processo íntimo que tem a sua expressão externa no processo judicial. Se há na obra de Kant domínio onde a metáfora do tribunal seja abundante e pregnante de significado é sem dúvida este e sobretudo aqui vale dizer que a metáfora é muito mais do que metáfora, que não é o tribunal interior que é pensado por analogia com o exterior, mas que, ao contrário, é o tribunal exterior que é moldado à imagem do *fórum* que é a consciência moral” (p. 216).

O sexto ensaio, “Hércules e as graças, ou da “condição estética da virtude”: Kant, leitor de Schiller”, é para nós um dos ensaios mais interessantes do presente volume. Com grande rigor e profundo conhecimento dos dois autores aqui abordados, Kant e Schiller, Ribeiro dos Santos explora a relação entre eles, nomeadamente pelo lado de Kant. O autor do volume apresenta a perspectiva de Schiller sobre a filosofia moral kantiana, realçando determinados aspectos essenciais que a caracterizam, todos eles relacionados com a consideração da sensibilidade, não como inimiga da moralidade, mas como sua cúmplice. Ribeiro dos Santos apresenta a resposta de Kant a Schiller presente numa nota à segunda edição da sua obra *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft* (1794), destacando o facto deste não encontrar qualquer divergência entre a sua perspectiva e a de Schiller, dissolvendo assim esta suposta divergência num esclarecimento mútuo, ainda que Kant apresente uma visão não tão otimista quanto Schiller.

Ribeiro dos Santos termina este seu ensaio com um excelente apontamento que, na nossa perspectiva, sintetiza de forma eficaz todo o desenrolar do mesmo e no qual destaca a diferença entre os dois autores, muito embora as suas afinidades em relação à moral, bem como relativamente à estética: “Se quiséssemos reduzir a uma formulação sintética a diferença que, sob um fundo de essencial comunidade e afinidade de perspectivas, subsiste entre os dois pensadores, diríamos que domina em Schiller a sensibilidade estética (com o sentido pregnante que esta expressão nele adquire), mesmo tratando-se de assuntos da moral; em Kant, por seu turno, é preponderante a inspiração e a sensibilidade moral, mesmo quando se trata de questões estéticas” (p. 263).

O sétimo ensaio, que surge já na segunda parte do volume, “A teologia de Job, segundo Kant: ou a experiência ético-religiosa entre o discurso teodiceico e a estética do sublime”, investiga a teologia moral kantiana partindo sobretudo da exploração do ensaio

kantiano publicado no ano de 1791 numa revista de Berlim (*Berlinische Monatsschrift*), intitulado “Sobre o insucesso de todas as tentativas filosóficas na teodiceia” (*Über das Misslingen aller philosophischen Versuche in der Theodicee*). Segundo Ribeiro dos Santos, neste ensaio, Kant procura perscrutar a essência do que entende ser a “autêntica teodiceia”, exposta no livro bíblico de Job, reconhecendo na personagem central do livro a correcta atitude da filosofia crítica relativamente à teologia natural, à filosofia da religião e à filosofia moral. “Job é o símbolo da fé moral kantiana e na sua figura se condensa o essencial da filosofia kantiana da moral e da religião” (p. 277). O Deus de Job estará ligado ao Deus da consciência moral, tal como Kant o aborda: “Debatendo-se com Deus e com os seus amigos, Job está no fundo a debater-se consigo mesmo no tribunal da sua consciência moral, desdobrando-se aí em juiz, em acusador, em apresentador e advogado da sua causa, que é também a *causa de Deus*, e o incondicionado decreto divino que aí ouve e a que obedece – o juízo que aí categoricamente se pronuncia – é a sentença da sua própria razão” (p. 299).

No oitavo ensaio, “A concepção kantiana da experiência estética: novidade, tensões e equilíbrios”, o autor do volume tem como objectivo identificar alguns dos principais aspectos característicos da problematização kantiana do sentimento estético. Nesta linha, procura, sobretudo, realçar as tensões e os equilíbrios que a sustentam, bem como evidenciar a sua fecundidade especulativa que tem sido notória nos últimos tempos. Um dos aspectos que, em nosso entender, mais se destaca no presente ensaio é, por exemplo, a chamada de atenção do autor para a existência, em Kant, de um íntimo parentesco entre o sentimento estético e o sentimento moral. Ainda que o cultivo do gosto seja uma propedêutica para a moralidade, “a íntima e conatural solidariedade entre o gosto – sentimento estético – e a moralidade não se verifica apenas na capacidade de que o primeiro tem para insensivelmente preparar os indivíduos para a segunda. Passagens há, na própria *Crítica do Juízo* e também em outras obras posteriores de Kant, nas quais o filósofo aponta o íntimo parentesco entre o sentimento estético do belo e do sublime da natureza e o sentimento moral, em algumas chegando mesmo a sugerir uma origem moral do sentimento estético [...]” (p. 342), como refere Ribeiro dos Santos.

Um outro aspecto também bastante interessante, do nosso ponto de vista, é a comparação que Ribeiro dos Santos realiza, ainda que apenas a título de apontamento, entre as posições de Kant e Hegel no que concerne à abordagem das questões estéticas: “Se em Kant é a experiência da beleza da natureza que se revela como a matriz originária e o critério de toda a experiência estética e da própria experiência da beleza artística, em Hegel, pelo contrário, é a arte e a beleza artística que constituem o assunto próprio da Estética e só por reflexo destas se poderá ainda falar, embora impropriamente, de algo como a beleza da natureza” (p. 345).

No nono ensaio, “Kant e o regresso à natureza como paradigma estético”, o autor do volume realça o interesse que a redescoberta de alguns tópicos da estética kantiana pode ter, nomeadamente a redescoberta de aspectos relativos à ideia da estética da natureza e da vivência estética da natureza. O autor sugere este mesmo interesse, não apenas para melhor investigar o sentido e a coerência da proposta de Kant, mas, igualmente, para repensar o

interesse pela natureza que se regista na actualidade, e que parece surgir sobretudo como uma reacção ao desencantamento do mundo levado a cabo pela visão mecanicista dos modernos. “O sentimento estético não está [...] só para além da explicação científica, mas está também antes dela e de um modo muito mais originário. E não é já a linguagem do domínio, e muito menos a do domínio do homem e da sua razão sobre a natureza, a que pode traduzir esta nova atitude. É a linguagem da cortesia, duma cortesia recíproca, duma amabilidade retribuída” (p. 374).

O décimo ensaio, e último desta segunda parte do volume, “Da experiência estético-teleológica da natureza à consciência ecológica. Uma leitura da *Crítica do Juízo*”, possui três objectivos essenciais, que o autor destaca de forma clara. Neste ensaio procura-se perceber o motivo que terá tido Kant para, na sua última *Crítica*, ter associado as duas partes da obra (crítica do juízo estético e crítica do juízo teleológico) sob o mesmo princípio e também uma mesma faculdade do espírito, reconhecer as consequências que tal associação possui, quer para a sua doutrina estética, quer para a visão da natureza que daí emerge e, por fim, avaliar o interesse que os pontos anteriores podem ter para reavivar os debates actuais sobre a consciência ecológica, visto estes requererem uma nova filosofia da natureza. Procura-se, essencialmente, evidenciar o modo como o contributo kantiano possa iluminar o que nos nossos dias se chama de “ética da natureza” ou “ética ambiental”, ou seja, a responsabilidade ética do homem face à natureza. Ainda que à primeira vista a contribuição de Kant quanto a este assunto, e como bem aponta Ribeiro dos Santos, não seja evidente, ela existe. E, deste modo, o autor do volume reconhece o sentido de se falar, não apenas de uma nova relação com a natureza, mas no enobrecimento da própria humanidade do homem: “não só a consideração teleológica da natureza como um sistema de sistemas finalizados, como sobretudo a experiência estética do belo natural e a do sublime da natureza permitem que o homem aceda a uma relação com a natureza que não é já a da posse, a do uso instrumental e a do domínio mecânico e muito menos a da agressão e da violência, e nem sequer apenas a de respeito, mas a da recíproca dependência e solidariedade, e mesmo a da gentileza, a do livre favor, a da espontânea gratuidade e doação. Todavia, não é só a natureza que nesta nova relação é reconhecida na sua dignidade e transcendência por parte do homem, mas é também o homem que, deste modo [...] se sente ele próprio enobrecido e surpreende em si uma nova e mais originária dimensão, como se também ele visse desse modo ampliada a sua própria humanidade” (p. 403).

No décimo primeiro ensaio, que se encontra na terceira e última parte do volume, “Eurocentrismo e cosmopolitismo no pensamento antropológico e político de Kant”, Ribeiro dos Santos procura, em primeiro lugar, pensar a Europa, os Europeus e os outros continentes e povos tendo em consideração as reflexões kantianas sobre Geografia e Antropologia, e, em segundo lugar, pensar a Europa e os Estados europeus no contexto da filosofia kantiana da história universal da humanidade, a partir de um ponto de vista cosmopolita e do programa kantiano relativo à instauração de uma nova ordem jurídico-política de alcance mundial. O momento, para nós, mais interessante do ensaio, e para o

qual ele próprio desagua, é a referência do autor do volume à “grande utopia kantiana” (p. 424), que é a consideração da Europa como possuindo uma tarefa educadora em relação ao mundo: “o que a Europa tem a dar ao mundo é a experiência efectiva de um paradigma político-jurídico, o qual parece ser o único capaz de assegurar a liberdade sob a lei, de garantir o respeito pelos sagrados direitos e dignidade dos homens e tornar possível a coexistência pacífica e empreendedora dos povos” (p. 424).

O décimo segundo ensaio, “A paz como problema filosófico e a ideia kantiana de federalismo”, possui três momentos essenciais. Inicialmente, pretende-se apresentar como a ideia kantiana de Federalismo responde ao contexto histórico-político e ao contexto de reflexão político-jurídica sobre a situação do mundo, procurando-se melhor compreender a solução kantiana a partir do modo como o problema fora abordado e resolvido antes de Kant. De seguida, Ribeiro dos Santos realça a importância da ideia kantiana de “federação dos povos” no contexto da filosofia kantiana, afirmando, nomeadamente, que esta se relaciona com todos os domínios fundamentais da filosofia crítica. “Ela carrega consigo toda a densidade da filosofia kantiana” (p. 432). Por fim, o autor do volume investiga o conteúdo da ideia kantiana de Federalismo, explorando, igualmente, como poderá ela iluminar o debate actual em torno da construção de uma nova ordem europeia, assim como de uma nova ordem internacional, na qual os princípios político-jurídicos preservem a dignidade dos homens e dos povos. Um dos momentos mais interessantes do ensaio é aquele que apresenta a analogia cosmológica que se pode estabelecer entre o sistema dos Estados e o sistema das estrelas.

No seu décimo terceiro ensaio, “Kant e o republicanismo moderno”, o autor procura, principalmente, explorar o contributo kantiano para a ideia moderna de república e de republicanismo. O ensaio gira em torno de quatro momentos principais. O primeiro tem como finalidade evidenciar a conaturalidade e a intimidade existente entre a filosofia kantiana e a concepção republicana, enaltecendo, por exemplo, que a própria filosofia transcendental se move “no ambiente semântico de uma grande alegoria da razão concebida como instituição republicana” (p. 473). O segundo momento tem como objectivo a explicitação dos principais aspectos da noção kantiana de república e de republicanismo, dos quais aqui se poderão destacar a tarefa principal que a ideia de república procura realizar, que é a de garantir “a máxima liberdade humana segundo leis que permitam que a liberdade de cada um possa coexistir com a de todos os outros”, e, também, a consideração da república como um arquétipo ou uma ideia necessária, reguladora. O momento seguinte procura situar a noção kantiana de república e republicanismo tendo em conta a ideia de uma construção progressiva de uma paz duradoura entre os povos através da criação de instituições políticas que preservem os princípios do direito e da dignidade dos seres humanos, assim como investigar a necessária transição, que Kant defende, da república ou repúblicas estatais singulares à “república mundial” federalista e cosmopolita. “O programa kantiano visa, pois, um republicanismo generalizado” (p. 490). Finalmente, o quarto momento do ensaio apresenta os principais ingredientes da noção kantiana de republicanismo, nomeadamente os seus princípios

(liberdade, igualdade, auto-suficiência), o sistema representativo e a separação dos poderes, e a sua tendência pacifista.

No último ensaio do volume, “Da estética como filosofia política: Hannah Arendt e a sua interpretação da *Crítica do Juízo*”, e como o título sugere, Ribeiro dos Santos reconstrói a interpretação de Arendt da filosofia kantiana, em especial da *Crítica do Juízo*, procurando evidenciar a tese da autora de que a genuína filosofia política kantiana se encontra nesta mesma obra, assim como destacar as muitas lacunas que, segundo o autor do volume, existem na interpretação arendtiana da filosofia de Kant. Enaltecendo que o maior tópico do diálogo entre Arendt e Kant é o julgar, o juízo, Ribeiro dos Santos entende que a novidade que a filósofa nos traz a respeito da teoria kantiana do juízo reflexionante se encontra no facto da autora ter compreendido “que aquilo que Kant dizia do juízo de gosto vale também e com muito mais pertinência para o juízo político” (p. 531). Contudo, o autor do volume considera ousada a conclusão da filósofa “de que é na primeira parte da *Crítica do Juízo* que se encontra a verdadeira filosofia política kantiana, e não, como se costuma pensar e o próprio Kant o pensava, nos escritos de filosofia moral (como fundamentação) e nos escritos de filosofia política e do direito (como aplicação)” (p. 531). Ainda que concorde com o alcance para uma filosofia política tendo em atenção os tópicos identificados por Arendt na primeira parte da *Crítica do Juízo*, Ribeiro dos Santos critica, com toda a pertinência, a desconsideração da filósofa de tudo o que Kant refere sobre filosofia política noutros escritos seus. Apesar de tudo, e este parece ser o ponto mais essencial e positivo que o autor destaca, Arendt teve o mérito de colocar em relevo a ambiência eminentemente política e jurídica da filosofia kantiana.

Em resumo, o leitor de *Regresso a Kant – Ética, Estética, Filosofia Política*, de Leonel Ribeiro dos Santos, encontra nestas páginas um conjunto de ensaios que parecem, não obstante a sua autonomia, dialogar entre si. Tal permite ao leitor ter uma visão da própria organicidade da filosofia kantiana, bem como familiarizar-se com a sua linguagem, se assim for o caso.

Uma das características mais interessantes do presente volume, na nossa perspectiva, é o facto do autor não realizar apenas uma abordagem histórica, mas investigar igualmente como poderá o contributo kantiano iluminar os debates filosóficos da actualidade. Uma outra característica particularmente interessante, e que atravessa todo o volume, é a reavaliação de alguns dos mais emblemáticos autores críticos de Kant, de entre os quais poderemos destacar, como vimos, Friedrich Schiller, Hannah Arendt, Karl-Otto Apel, Jürgen Habermas, etc.

Por fim, a qualidade científica deste volume, assim como de outras obras do mesmo autor e de outros autores portugueses, fazem-nos pensar, pelo menos, na pertinência e no interesse que a criação de uma revista dedicada à filosofia kantiana poderia ter em Portugal, à semelhança de outros países.

